IV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS
IV ENEPCP
EVENTO VIRTUAL
01 A 03 SETEMBRO
2021

SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

REFORMA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Bruno Dias Magalhães/Fundação João Pinheiro
Thiago Zordan Malaguth/Fundação João Pinheiro
Maria Isabel Araújo Rodrigues/Fundação João Pinheiro
Kamila Pagel de Oliveira/Fundação João Pinheiro

Resumo:
No âmbito do ensino da Administração Pública no Brasil, a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG-FJP) constitui um caso singular, uma vez que é, a um só tempo, Escola de Governo e Instituição de Ensino Superior. Nesta condição, contribuiu ativamente para a construção do chamado Campo de Públicas (CP), ao lado de diversas outras organizações. Passados quase 30 anos de sua criação e uma década da construção do campo, o presente artigo debruça-se sobre o processo de reforma curricular do Curso de Graduação em Administração Pública realizado pela EG-FJP no ano de 2020. Ao fazê-lo, enfatizam-se os desafios recentemente elencados como prioritários ao desenvolvimento do CP, a saber: adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais; formação acadêmica interdisciplinar; e aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente. De caráter descritivo, o artigo pretende contribuir para a documentação da institucionalização do CP, a partir do relato de um caso. Há evidências de que o processo de reforma estudado se pautou pelo aprofundamento da busca por uma configuração curricular baseada na superação da dicotomia entre teoria e prática, já iniciada pela instituição na reforma anterior, ocorrida em 2012. Tal busca reflete, por exemplo, a institucionalização da matriz de competências e a previsão da realização de oficinas como atividades complementares, o que na prática representa a tentativa de conexão entre o saber, o saber-fazer e o saber-agir/ser tecnopolíticos, próprios da Administração Pública. A aposta, no entanto, representa um desafio considerável de implementação, ainda a ser avaliado.
Palavras-chave: Campo de Públicas, Ensino, Graduação, Escola de Governo, Fundação João Pinheiro

INTRODUÇÃO

A noção de um campo de públicas multidisciplinar e uma abordagem a um só tempo técnica e política (PIRES et al., 2014) é uma construção relativamente recente da história do ensino da Administração Pública (AP) no Brasil. Surgido sob a égide Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), tal ensino evoluiu ao longo de parte do século XXI marcado por uma leitura técnico burocratizante das disciplinas de administração e da economia. Ao longo dos anos 80, todavia, a área de estudos conhecida como análise de políticas públicas recebe forte influência da ciência política, marcando uma inflexão de efeitos duradouros no campo (COELHO, 2019; FARAH, 2013).

Em meados da década de 90, houve uma ampliação significativa das iniciativas de treinamento e desenvolvimento (T&D) de quadros do setor público, notadamente com a proliferação de Escolas de Governo, a partir da Emenda Constitucional nº 19/1998. Após 2007, a expansão ganha o campo acadêmico, fortemente impulsionada pela criação de novos cursos universitários no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Este último processo adquiriu então contornos de um paradigma emergente, instituído formalmente nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os bacharelados de Administração Pública e congêneres (GOMES; ALMEIDA; LÚCIO, 2016; COSTA; COELHO; DIAS, 2019; COELHO; LEMOS, 2020; COELHO et al., 2020).

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG-FJP) é um caso singular no cenário brasileiro, pois constitui-se a partir da atuação em ambos os processos mencionados. Criada em 1992 com expressa inspiração no modelo francês, personificado pela École Nationale D'administration (ENA), e também no modelo norte-americano, personificado no Brasil pela experiência da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a EG-FJP beneficiou-se em sua origem da influência das ideias de Paulo Neves de Carvalho. Carvalho fez escola em Minas Gerais naquilo que denominou de "Direito Administrativo Vivo", sendo crítico à experiência daspiana por desconfiar da eficácia do "aparato legal entendido como construção estritamente lógico-formal" (ARAÚJO et al., 2018, p. 1430).

Neste esteio, em 1986 foi criado o chamado Curso Superior em Administração, desenhado sob medida para educar gestoras e gestores para conduzir um Estado Democrático que tinha assumido para si grandes pretensões constitucionais. Nas palavras de um de seus idealizadores, Vicente de Paula Mendes: "A ideia era a de criar um curso superior de Administração, mas com o viés da Administração Pública. Discutimos o formato do currículo e o tempo de duração do curso. Seria um terço de Administração, um terço de Economia e outro terço de Direito" (MENDES, 2014).

Ao longo de sua trajetória, a tradição de ensino da EG-FJP adquiriu contornos diversos. Mais recentemente, durante o movimento acadêmico que instituiu o Campo de Públicas, a EG-FJP somou-se a diversas outras Instituições de Ensino Superior e protagonizou a instituição das já mencionadas DCN. Passados 07 anos da homologação das DCN e 10 anos da criação do movimento do Campo de Públicas, Coelho e colegas (2020) identificaram a partir de survey três desafios elencados como prioritários para o campo: (i) implementação (ou adaptação) dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir das DCN; (ii) incremento da atuação sistêmica dos cursos de graduação em prol de uma formação acadêmica interdisciplinar (para além de um arranjo multidisciplinar), baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e no diálogo contínuo entre estudantes, professores, egressos, parceiros e potenciais empregadores; e (iii) aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito dos cursos de graduação (pp. 511-515).

O presente artigo apresenta o processo de reforma curricular realizada pela EG-FJP durante o ano de 2020, com ênfase nos aspectos diretamente relacionados com os desafios citados, bem como na tradição singular da instituição. Desde sua criação, o Curso de Graduação em Administração Pública (Csap) passou por 5 revisões curriculares. Precedida por uma revisão já realizada sob inspiração das DCN (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019), a reforma curricular de 2020 se insere em uma diretriz institucional de atualização permanente da estrutura e grade do curso, visando sobretudo o aprofundamento das práticas interdisciplinares e o fortalecimento de iniciativas pedagógicas inovadoras, em especial as baseadas em competências e na aprendizagem colaborativa.

A metodologia utilizada ampara-se na análise documental e na observação participante. De caráter descritivo, o artigo pretende contribuir para a documentação da institucionalização do Campo de Públicas, bem como para o desenvolvimento de questões analíticas para futuras investigações sobre o ensino de Públicas no Brasil. A seguinte seção apresenta uma breve descrição do momento de criação da graduação em administração pública da EG-FJP, de forma situada na construção histórica do ensino de AP no Brasil. Em seguida, são apresentadas as principais alterações realizadas nos projetos pedagógicos do Csap, com foco nos processos de discussão e elaboração da 5ª revisão realizada em 2020. O resultado desta revisão é analisado sob o prisma das principais inovações na quarta e última seção do artigo. As considerações finais sintetizam os achados da pesquisa e elencam os principais desafios que emergem do novo projeto pedagógico implantado no ano de 2021.

A CRIAÇÃO DO CSAP E O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

As tradições do ensino de administração pública no Brasil moldaram-se historicamente

em razão das conjunturas do estado, da economia e do mercado de trabalho da área. Outrossim, fez-se presente a influência europeia de uma educação superior legalista nas ciências jurídicas e humanística das ciências sociais, bem como a influência - sobretudo norte-americana - pragmática das ciências administrativas, nas suas concepções clássica e científica. Amparado por estudos como Fischer (1984) e Keinert (1994), Coelho (2019) realiza uma profunda investigação do ensino da administração pública no Brasil. Desde sua gênese imperial, sob a égide normativa da doutrina administrativa ensinada nas faculdades de direito, ou enquanto prática, nas instruções das "artes e ofícios" comerciais, o autor distingue, ao longo da história, dois momentos fundacionais (sendo um deles, mais propriamente refundacional), duas fases de irradiação e uma etapa de retração e desalento.

Inspirada nos preceitos da administração científica e na proliferação da administração pública como um campo de saber específico, em especial nos Estados Unidos, coube à FGV, enquanto continuidade do movimento daspiano, a emancipação do ensino da administração pública do direito administrativo e a sua afirmação como campo científico aplicado às funções administrativas clássicas, em geral conectadas às atividade meio. A criação fundacional do bacharelado em administração pública da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Ebap-FGV), em 1952, marcou o início de um período de irradiação destes cursos no Brasil. Por uma mistura de influências e em parte pela ausência da literatura especializada no país, o curso forjou-se na mescla entre uma base introdutória composta por diversas disciplinas das ciências sociais e um rol de cadeiras destinadas à "vertente funcional-instrumental da gerência pública" preconizada pelas ciências administrativas (COELHO, p. 43). Precursora do movimento de expansão dos currículos nacionais na área, cerca de uma década mais tarde, a Ebap-FGV manteve-se na fronteira do campo ao incorporar em sua grade curricular disciplinas oriundas da administração para o desenvolvimento, sobretudo no âmbito do desenvolvimento econômico e do planejamento governamental.

A abordagem da Ebap, ademais, logrou reconhecer prematuramente questões que se mostraram verdadeiros dilemas para a área no Brasil. Três delas podem ser extraídas do estudo de Coelho (2019), a saber: (i) a distinção entre a ênfase nas relações político-governamentais, do foco na atuação gerencial administrativa[1]; (ii) a necessidade premente de articulação entre teoria e prática, bem como a dificuldade didático-pedagógica que a acompanha; e (iii) a preocupação com os processos de seleção de estudantes e de acompanhamento dos egressos.

A tradição ebapiana, no entanto, sustentava-se por tensões mais ou menos resolvidas entre

[1] Tal distinção depreende-se da flexibilização do currículo da Ebap, pela introdução de disciplinas eletivas em ambas as vertentes.

as distintas vertentes disciplinares, com destaque para a relação particularmente complexa entre a administração pública e a administração de empresas, que alimentou calorosos debates nos principais centros de formação do país. O estado-empresa preconizado pelo período intervencionista militar acabou por favorecer os argumentos dos que advogavam por uma ênfase conjunta entre ambas as abordagens (de empresas e pública). Neste contexto, impulsionados pelas oportunidades e incentivos do mercado de trabalho, a maior parte dos bacharelandos e cursos nas décadas de 70 destinaram suas ênfases para a administração empresarial, fazendo minguar a área pública como ensino específico. Finalmente, a crise do estado e a ressignificação da dimensão pública como não-estatal, que marcaram os movimentos de redemocratização da década de 80, encerraram o período de declínio dos cursos de administração pública, com o ocaso do bacharelado da Ebap e o deslocamento da área para os estudos situados no nível da pós-graduação (COELHO, 2019).

O movimento de refundação do estado brasileiro, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, trouxe também a refundação do ensino de graduação, em um conturbado momento de crise e reforma da administração pública. Neste contexto, não só foi criada a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), recolocando a dimensão de T&D em chave de conexão com carreiras públicas de competência específica para a gestão governamental, como houve a criação/reformulação de três bacharelados: o curso de administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp-FGV), cuja habilitação em administração pública baseava-se na formação generalista e flexível; o curso de administração pública da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), voltada para a administração municipal; e o curso superior de administração, com habilitação em administração pública, da recém criada (1992) Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG-FJP), cuja ênfase recaía na formação em parte humanista, em parte jurídico-instrumental de ingressantes na carreira de planejamento do estado de Minas Gerais (COELHO, 2019).

Ao se constituir a um só tempo como escola de governo e instituição de ensino superior (IES), oferecendo o bacharelado em administração, com ênfase em administração pública, como forma de ingresso a uma carreira pública estatal, a FJP engendrou um modelo híbrido inédito no país. Originalmente, o Csap surgiu com inspiração no modelo francês, particularmente na ENA (MENDES, 2014), em cuja tradição a formação da burocracia é realizada por escolas de governo localizadas no interior do aparato estatal. Contudo, ao longo dos anos, a consolidação da EG-FJP como IES, acompanhada da formação e expansão do campo de públicas, tal proximidade estratégica com o estado, característica do modelo francês, foi gradativamente compatibilizada com uma amplitude de abordagens epistemológicas, característica das autarquias e fundações de ensino e pesquisa no Brasil, mas também do modelo anglosaxão de escolas de governo situadas

na universidade, *i.e.* às aforas do Estado.

Vale acrescentar dois importantes aspectos do contexto histórico mineiro de criação do bacharelado da EG-FJP, que contribuíram para a sua peculiaridade. O primeiro diz respeito à existência prévia, na organização, de uma tradição de formação das carreiras públicas, sobretudo em cursos de pós-graduação *lato sensu*, situados no Centro de Desenvolvimento da Administração (CDA), que abrigou inicialmente o Csap (MENDES, 2014). Como o nome sugere, apesar da existência de cursos específicos de administração pública, o currículo geral primava pela integração com a tradição de administração de empresas, predominante à época.

O segundo aspecto foi a influência do administrativista mineiro Paulo Neves de Carvalho, que veio a ser o primeiro coordenador do Csap, e cujas ideias assumiam uma inescapável complementaridade entre o direito administrativo e a administração pública. Sobre essa influência genética, relata em entrevista o Prof. Antônio Anastasia:

> "**O Professor Paulo Neves sempre teve a ideia – corretíssima e vigente até hoje – de que a qualificação e a formação dos quadros de carreira são fundamentais para termos uma Administração Pública empreendedora e eficiente**. Ele transmitiu isso para o Professor Vicente, que passou a ter essa ideia força como uma obsessão. O Professor Vicente – que me levou para trabalhar com ele, era Diretor do CDA, que, àquele tempo, já tinha cursos de pós-graduação, um deles chamado PEAP. Esse era um grande curso, inclusive. Foi onde tive a minha primeira oportunidade de dar aulas. O PEAP já era um embrião, mas o Professor Vicente resolveu ousar. Ele conseguiu uma lei. Houve o apoio da Fundação João Pinheiro à época. O Presidente Hindenburgo apoiou muito. Foi uma luta imensa. O Conselho Federal de Educação aprovou o curso, que era totalmente singular e inédito naquele momento. E aí o Professor Vicente pensou que a única pessoa que poderia dirigir o curso era o Professor Paulo Neves, o grande inspirador dessa ideia. Então ele convidou o Professor Paulo Neves para se juntar ao curso e para organizarmos o primeiro vestibular. (...) Aquele vestibular havia sido muito disputado, com cerca de noventa candidatos por vaga. Houve uma grande comoção na realização daquele primeiro vestibular. Ele próprio corrigiu as provas. Ele tinha um apego muito grande àquilo. Lamentavelmente, logo no seu início o curso sofreu uma grande descontinuidade. **Mas Paulo Neves foi responsável, junto com o Professor Vicente, por toda a parte de concepção do currículo e da grade escolar.** Foi um trabalho magnífico. Ele me designou como uma espécie de coordenador executivo – para receber os alunos e para aquele primeiro esforço. O vestibular foi um sucesso, felizmente. Fomos às escolas privadas para divulgarmos o curso. Aquele foi um belo episódio. **O Professor Paulo Neves estava muito entusiasmado porque estava vendo ali a concretização de um dos seus grandes sonhos, que era uma Escola de Governo**" (ANASTASIA, 2014, *grifo nosso*)[2]

[2] Na mesma época o Professor Paulo Neves de Carvalho e alguns colegas fundavam o Instituto Mineiro de Direito Administrativo e exerciam um trabalho de assessoramento técnico fundamental à elaboração da Constituição Mineira, que além de adotar pioneiramente o princípio da razoabilidade relativo à

Ao longo de quase 30 anos, a EG-FJP consolidou-se enquanto instituição de ensino e pesquisa no chamado campo de públicas, assumindo uma formação a um só tempo crítica e pragmática no âmbito da graduação. A seção seguinte apresenta a evolução desta tradição, a partir das principais reformas curriculares do Csap.

AS REFORMAS CURRICULARES DO CSAP

Em 1986, o Decreto Federal nº 92.745 autorizou o funcionamento do Csap, que foi reconhecido posteriormente pela Portaria Ministerial nº 1.257, de 23 de agosto de 1994. Na primeira grade do curso, as disciplinas eram classificadas em dois grandes grupos: um núcleo básico de disciplinas, de caráter mais geral, voltadas para o exercício de profissão de Administrador; e um núcleo específico, formado por disciplinas orientadas para a área de Administração Pública. A primeira reformulação do currículo do curso foi realizada em 1994 visando adequar a grade à Resolução CEF nº 2, de 04 de outubro de 1993, que estabeleceu parâmetros mínimos de conteúdo e duração dos cursos de graduação em Administração. A revisão de 1994, além de incorporar as exigências legais, ampliou a carga horária das disciplinas de formação profissional, intensificando o conteúdo relacionado com a habilitação específica de Administração Pública.

A segunda revisão ocorreu nos anos 1998 e 1999, tendo um escopo menor do que a primeira. Em 1998, foi retirada do currículo a disciplina "Educação Física" dado que esta não era mais obrigatória no ensino superior conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além disso, foram criadas disciplinas de Língua Estrangeira. De forma geral, a reformulação em 1999 se restringiu à movimentação de disciplinas na grade curricular; redução ou aumento da carga horária de algumas disciplinas; criação de disciplinas de língua estrangeira; e reavaliação e alteração de algumas ementas. A grade curricular resultante deste processo era composta por um total de 3.120 horas-aula, das quais 750 estão concentradas em disciplinas de formação básica, 1.020 em disciplinas de formação profissional, 300 em estágio supervisionado e 1.050 em disciplinas complementares (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004), a organização das disciplinas por semestre está descrita no Quadro 1.

Administração Pública, também avançou sobre os desígnios da Constituição Federal na centralidade do planejamento governamental, com a criação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Noutras palavras, o movimento intelectual que fundou a EG-FJP não só se preocupava com a formação de gestores para o adequado exercício da administração pública, mas também - e essencialmente - pregava, de forma inovadora, pela reforma de toda uma tradição administrativa excessivamente formal, normativa e distante da realidade social do estado. As ideias de Paulo Neves de Carvalho iriam acompanhar a equipe de planejamento dos governos mineiros nas gestões de Aécio Neves e de Antônio Anastasia. Desafiadas pelo contexto de crise inicial, reapareceriam com ideias-força para a concepção do Estado Rede, na 3ª geração do chamado Choque de Gestão (ver PIRES, 2015).

Quadro 1 - Currículo do Curso de Graduação em Administração Pública 1999-2004

	1º Semestre	2º Semestre
1º Ano	Direito I Filosofia Política Informática Língua Espanhola I Língua Inglesa I Matemática Metodologia Científica Teoria Geral da Administração I	Direito II (Constitucional) Economia I (Micro) Estatística Língua Espanhola II Língua Inglesa II Sociologia Teoria Geral da Administração II Teoria Política
2º Ano	Economia II (Macro) Estado e Burocracia Língua Espanhola III Língua Inglesa III Organização Sistemas e Métodos I Política Brasileira Psicologia Sociologia das Organizações	Administração de Recursos Humanos I (Psicologia Organizacional) Direito III (Administrativo) Economia Brasileira Língua Espanhola IV Língua Inglesa IV Organização Sistemas e Métodos II Políticas Públicas
3º Ano	Administração de Recursos Humanos II (Desenvolvimento) Administração Financeira Orçamentária I (Técnica) Contabilidade Pública Economia do Setor Público Legislação Tributária Planejamento Governamental	Administração de Materiais e Patrimônio Administração Financeira e Orçamentária II (Orçamento Público) Administração Mercadológica: Marketing do Setor Público Administração Municipal Auditoria e Controle Legislação Social
4º Ano	Administração da Produção e Gestão de Serviços Públicos Administração de Sistema de Informações e Desenvolvimento Gerencial Estágio I Metodologia de Pesquisa Seminários Estudos Avançados I	Estágio II Planejamento Estratégico e Análise de Cenários Seminários Estudos Avançados II Tópicos Especiais em Administração Pública

Fonte: Elaboração própria, baseada em FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1998)

Cumpre destacar nessa primeira organização curricular a ênfase já multidisciplinar na composição entre formação básica conectada às áreas das ciências sociais e econômicas, formação jurídica, fundada no constitucionalismo e no direito administrativo, e formação da administração, com o reconhecimento das ciências da administração e da teoria organizacional, ao lado de cadeiras instrumentais necessárias ao exercício profissional da gerência pública. Destaca-se ainda a presença de disciplinas conectadas à tradição da administração para o desenvolvimento, seja no planejamento, seja na economia do setor público. Finalmente, a presença da disciplina de políticas públicas apontava caminhos formativos que não se restringiam ao exercício da gerência-meio.

Entre setembro de 2003 e abril de 2004 ocorreu o terceiro processo de revisão e avaliação do currículo do curso. Tal movimento foi motivado pelo novo parecer do MEC, CES/CNE 0146/2002, que suspendeu os requisitos de currículo mínimo para cursos de graduação em administração; pelas novas diretrizes do governo eleito em 2002 e concepções quanto à formação do administrador público; e percepções de estudantes egressos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004). Nesta reforma já era evidente uma preocupação tanto dos professores, quanto dos estudantes e egressos sobre como o conhecimento teórico se articula com a prática durante o curso.

A flexibilização dada pelas diretrizes curriculares nacionais para os cursos superiores de administração possibilitou o desenho de um currículo direcionado para a administração pública. Entre as principais mudanças, destacam-se a divisão explícita da grade em áreas temáticas de conhecimento; a criação do componente curricular Atividades Complementares de Graduação (ACG); e as disciplinas de Tópicos Especiais em Administração Pública, conforme apresentado no Quadro 2. A criação do componente curricular ACG objetivou proporcionar aos estudantes opções alinhadas com suas preferências de formação prática fora de sala de aula. As disciplinas de Tópicos Especiais foram criadas com intuito a inclusão de temas relevantes não abordados em outras disciplinas do curso, garantindo flexibilidade à grade.

Importante mencionar a organização das cadeiras por área temática, que refletiam em grande medida os campos disciplinares do saber científico. É curioso notar a fragmentação entre a área de administração, marcada sobretudo pela abordagem funcional instrumental das ciências administrativas e a área de estudos organizacionais, associada ao conhecimento sociológico e psicológico das organizações, denotando certa distância com a diversificação dos estudos da gestão das organizações de tradição anglosaxã. Vale destacar, ademais, a existência de uma área de administração pública, marcada pela vinculação ao planejamento e ao estudo dos paradigmas e reformas de estado, e pela flexibilidade curricular com a previsão de tópicos especiais. Outrossim, pondera-se a inclusão das disciplinas de crescimento e desenvolvimento econômico, oriunda da tradição da administração para o desenvolvimento, e de avaliação social de projetos, na área das ciências econômicas. Finalmente, ressalta-se a vinculação de disciplinas como políticas públicas, regulação e gestão de serviços públicos, elaboração, gestão e avaliação de projetos e de administração municipal à área das ciências políticas, denotando a predominância de um olhar voltado para as ciências sociais no currículo, bem como - possivelmente - algumas distorções.

Quadro 2 - Currículo do Curso de Graduação em Administração Pública 2005-2013

Área Temática	Disciplinas	
Administração	Teoria Geral da Administração Introdução à Contabilidade Organização, Sistemas e Métodos	Administração de Materiais e Patrimônio Administração de Recursos Humanos Marketing do Setor Público
Administração Pública	Administração Pública Planejamento Estratégico Planejamento Governamental **Tópicos Especiais em Administração Pública I**	**Tópicos Especiais em Administração Pública II** **Tópicos Especiais em Administração Pública III**
Ciências Econômicas	Microeconomia Macroeconomia Economia do Setor Público	**Crescimento e Desenvolvimento Econômico** **Avaliação Social de Projetos** Economia Brasileira
Ciências Exatas e Tecnológicas	Informática Matemática	Estatística Sistemas de Informação e Governança Eletrônica
Ciências Políticas	Filosofia Política Teoria Política Política Brasileira Políticas Públicas Gestão Pública Políticas Sociais	**Regulação e Gestão de Serviços Públicos** **Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos** Administração Municipal
Direito	Introdução ao Direito Direito Constitucional	Direito Administrativo I Direito Administrativo II
Finanças e Orçamento	Matemática Financeira Administração Financeira e Orçamentária	Contabilidade Pública Auditoria e Controle Finanças Públicas
Metodologia e Pesquisa	Introdução ao Pensamento Científico Metodologia Científica Métodos Quantitativos Aplicados à	Gestão Pública Metodologia de Pesquisa
Sociologia e psicologia	Formação Social do Brasil Sociologia	Sociologia das Organizações Psicologia Organizacional
-	Estágio I Estágio II	**Atividades Complementares de Graduação**

Fonte: Elaboração própria, baseada em FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2004)

A discussão das DCN para o Campo de Públicas suscitou um quarto movimento de revisão curricular do Csap ocorrido em 2012. A necessidade de aproximação das disciplinas em sala de aula com a prática do servidor, já presente na reforma anterior, foi um dos principais objetivos pretendidos pela revisão de 2012. Além desse desafio, as inovações do currículo

buscaram propiciar um maior contato dos alunos com diferentes realidades sociais, além de uma formação mais flexível que permitisse que o estudante desse ênfase nas diferentes áreas de interesse (Rodrigues & Oliveira, 2019). Como resultado desse processo foram criadas disciplinas optativas; disciplinas Projeto Aplicado I, II e III; atividades de imersão e conexão; e ampliada a carga horária de estágio curricular supervisionado de 300 para 500 horas. Após as alterações o curso passou a ter uma carga horária total de 3.265 horas, sendo: 2.505 horas de disciplinas obrigatórias; 120 horas de disciplinas optativas; 500 horas de estágio curricular supervisionado; 80 horas de atividades complementares de graduação; e 60 horas de atividades de imersão.

Quadro 3 - Currículo do Curso de Graduação em Administração Pública 2014-2020

Área Temática	Disciplinas	
Administração	Teoria Geral da Administração Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais Psicologia Organizacional Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público Logística no Setor Público	Informática Aplicada à Gestão Pública Sistemas de Informação e Governança Eletrônica Gestão de Projetos
Direito	Introdução ao Direito Direito Constitucional	Direito Administrativo I Direito Administrativo II
Economia	Microeconomia Macroeconomia Desenvolvimento Econômico e Social	Economia do Setor Público Economia Brasileira
Finanças, Orçamento e Controle	Introdução à Contabilidade Contabilidade Pública Administração Financeira e Orçamentária	Controle na Administração Pública Finanças Públicas
Fundamentos Quantitativos	Matemática Estatística	Matemática Financeira
Gestão Pública	**Projeto Aplicado I** Administração Pública Planejamento de Governo Políticas Públicas **Projeto Aplicado II**	**Gestão Pública no Estado Contemporâneo** Regulação e Gestão de Serviços Públicos Avaliação Social de Projetos Gestão Municipal **Projeto Aplicado III**
Metodologia	Introdução ao Pensamento Científico Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública Metodologia Científica	**Integração e Desenvolvimento Profissional I** Metodologia de Pesquisa **Integração e Desenvolvimento Profissional II**

Sociologia e Política	Filosofia Política Formação Social do Brasil Sociologia Política Brasileira	Sociologia das Organizações Teoria Política Políticas Sociais Ética e Serviço Público
-	Estágio I Estágio II **Atividades de Imersão e Conexão** Atividades Complementares de Graduação	**Optativa I** **Optativa II** **Optativa III** **Optativa IV**

Fonte: Elaboração própria, baseada em FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2019)

Cumpre destacar que as DCN de administração pública publicadas em 2014 reforçam diversas tendências historicamente desenvolvidas na graduação, em especial: (i) a tradição multidisciplinar (art. 1º); (ii) a abordagem humanista e crítica (art; 3º); e a integração teoria e prática (art. 6º, § 1º, V). Consonante com a influência advinda da ciência política na década de 80 e da pluralização dos cursos com o advento do Reuni após 2007, as DCN reconhecem o campo de atuação público não estatal e equilibram os desígnios formativos entre as trajetórias mais voltadas à gestão e aquelas que enfatizam a atuação no processo decisório de formulação e implementação. Como novidade, emergem a intenção expressa de avançar para uma abordagem transdisciplinar, superando a mera multidisciplinaridade, bem como o foco em competências e habilidades voltadas para a superação de problemas complexos situados institucional, social, geográfica e politicamente.

Nesse contexto, pode-se dizer que a revisão curricular levada a cabo em 2012 pela EG-FJP marcou-se por três ênfases principais: (i) a flexibilização curricular, com a previsão de 120 horas de disciplinas optativas; (ii) o fortalecimento do desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da extensão, das atividades complementares e do estágio obrigatório; e (iii) um ensaio experimental de articulação entre teoria e prática, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, no âmbito das disciplinas de projeto aplicado. Sobre estas, a proposta de ementa revela a intenção de incorporar a abordagem prática como núcleo de aprendizagem. Vejamos: "Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019, p. 33).

Do ponto de vista da organização do curso, suas distintas cadeiras mantiveram-se vinculadas a campos disciplinares específicos, com pouca interlocução entre si, denotando alguns desafios estruturais na implementação da vocação transdisciplinar projetada pelas DCN. Ainda assim, pode-se afirmar que algumas distorções foram corrigidas, como a incorporação de uma perspectiva mais abrangente das áreas de administração, que inclui as disciplinas de teoria e psicologia das organizações, e de administração pública (convertida em gestão pública); e assume

as disciplinas de políticas públicas, gestão municipal, regulação e gestão de serviços públicos e avaliação social de projetos, anteriormente atribuídas às ciências políticas e econômicas. Uma inovação digna de nota é a criação da disciplina gestão pública no estado contemporâneo, que busca abordar tendências e paradigmas emergentes do campo, preconizados pela abordagem mais ampla da governança[3].

As inovações incorporadas pela quarta revisão e o projeto pedagógico do curso foram objeto de análise de três grupos de trabalho em 2016, assim divididos tematicamente: GT 1 - O processo de seleção dos alunos da Escola de Governo; GT 2 - Formação e Currículo do Csap; e GT 3 - O processo de Imersão Profissional[4]. Relacionado ao tema do GT 3, entre 2015 e 2019 foi realizada a pesquisa do Projeto Percursos, que tinha como objetivo principal reconstruir e analisar as trajetórias profissionais dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental egressos do Csap (AMORIM, 2019). Dos três grupos, as recomendações do GT 1 foram as primeiras a serem implementadas, com destaque para a supressão das provas dissertativas como segunda etapa do concurso vestibular, aproveitando inteiramente o Enem como processo seletivo de ingresso[5]. Outra recomendação, incorporada com algumas adaptações, foi a adoção de reservas de vagas para grupos socialmente minoritários. As cotas sociais e raciais foram instituídas pela Lei Estadual nº 22.929/2018 (MINAS GERAIS, 2018), sendo destinadas 20% das vagas a pessoas negras; 3% das vagas a indígenas; e 17% das vagas a pessoas de baixa renda que estudaram em escolas públicas. O concurso realizado em 2018, para ingresso no Csap em 2019, foi o primeiro a utilizar essa reserva que vem sendo adotada desde então. Apesar dos avanços do GT 2 e da identificação de ajustes necessários na grade curricular do curso, tal alteração foi adiada para um momento posterior, tendo em vista que ainda não havia sequer uma turma formada na grade vigente.

Em dezembro de 2019, foi instituída uma comissão responsável pela realização da quinta edição de revisão da grade. A comissão era composta por 8 membros envolvendo a coordenação do curso, a gerência de extensão, a direção da escola e representantes docentes, além de contar com a participação de representantes discentes[6]. Inicialmente, o objetivo desta comissão era

[3] Segundo a ementa da disciplina: "As novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea, num contexto democrático e como um dos elementos da reforma do Estado. Democracia e governança. Descentralização e desconcentração. Intersetorialidade. Parcerias, redes e participação da sociedade. Responsabilidade pública: as novas formas de accountability. A relação público/privado na produção de serviços públicos. Experiências inovadoras de gestão pública" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019)

[4] É interessante notar que os grupos emulavam questionamentos semelhantes aos já apresentados pela Ebap na década de 60 (vide seção anterior).

[5] O Enem já havia sido adotado em substituição à prova objetiva no concurso de 2016.

[6] Foram instituídas duas comissões distintas que atuaram em conjunto durante o processo de reforma curricular. A comissão principal com professores e coordenadores do curso e uma segunda comissão

realizar ajustes já identificados pelo GT 2 - Formação e Currículo do Csap de 2016. Apesar desse propósito inicial, ao longo de 2020 foi realizado um intenso processo de discussão sobre a estrutura do curso, com especial atenção às competências que se afiguravam como essenciais, às iniciativas interdisciplinares e às práticas pedagógicas inovadoras.

A mencionada comissão se reuniu 26 vezes durante o ano de 2020. Nessas reuniões, foram objeto de discussão os aspectos de matriz de competências, disciplinas obrigatórias e optativas, período e periodicidade, carga horária total, interdisciplinariedade, estágios extracurricular e curricular supervisionado, trabalhos de conclusão de curso, atividades complementares de graduação, atividades de extensão, de imersão e de intercâmbio, práticas didático-pedagógicas, trilhas de aprendizado, sistemas de avaliação, bem como sugestões sobre a gestão acadêmica do curso. Além das reuniões da comissão, foram realizadas reuniões com todos os professores do curso para revisão das ementas e lacunas de conteúdo, por área temática. A comissão também contou com a participação em reuniões de pesquisadores de cursos do Campo de Públicas, que apresentaram outras experiências complementares à do Csap e realizaram sugestões sobre eventuais melhorias. A próxima seção traz a descrição e análise dos principais resultados deste processo com foco em suas inovações e perspectivas sobre desafios futuros.

A REFORMA CURRICULAR DE 2020: AVANÇOS E DESAFIOS

O quadro 4 apresenta a grade curricular do Csap resultante do processo de reforma conduzido no ano de 2020 e que foi implantada em 2021 com o ingresso da 43ª turma do curso.

Quadro 4 - Currículo do Curso de Graduação em Administração Pública 2021

Área Temática	Disciplinas	
Administração	Teoria Geral da Administração Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais Psicologia Organizacional Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público	Logística no Setor Público Sistemas de Informação e Governança Eletrônica Gestão de Projetos **Liderança no Setor Público**
Direito	Introdução ao Direito Direito Constitucional Direito Administrativo I Direito Administrativo II	Controle na Administração Pública **Novas Formas de Prestação de Serviços Públicos**
Economia	Microeconomia Macroeconomia	Economia do Setor Público Desenvolvimento Econômico e

composta apenas por estudantes. A intenção ao separar as comissões era permitir que os estudantes fizessem críticas para seus pares, sem quaisquer tipos de constrangimento que poderia existir caso a coordenação do curso ou mesmo professores participassem das reuniões. Na prática, os estudantes participaram de todas as reuniões.

	Economia Brasileira	Social
Filosofia, Sociologia e Política	Filosofia Política Formação Social do Brasil Sociologia Sociologia das Organizações Teoria Política	Política Brasileira Políticas Sociais **Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil** Ética e Serviço Público
Fundamentos Quantitativos	Matemática **Introdução à Ciência de Dados** Matemática Financeira	Estatística Métodos Quantitativos Aplicado à Gestão Pública
Gestão Pública	Administração Pública Projeto Aplicado I Planejamento de Governo Políticas Públicas Projeto Aplicado II Regulação e Gestão de Serviços Públicos	Desenho e Avaliação de Políticas Públicas Gestão Municipal Projeto Aplicado III Gestão Pública no Estado Contemporâneo
Metodologia	Metodologia Científica	Metodologia de Pesquisa
Orçamento e Controle	Introdução à Contabilidade Administração Financeira e Orçamentária	Contabilidade Pública Finanças Públicas
-	Estágio I Estágio II Atividades de Imersão e Conexão Atividades Complementares de Graduação	Optativa I Optativa II Optativa III Optativa IV

Fonte: Elaboração própria, baseada em EG/FJP (2020)

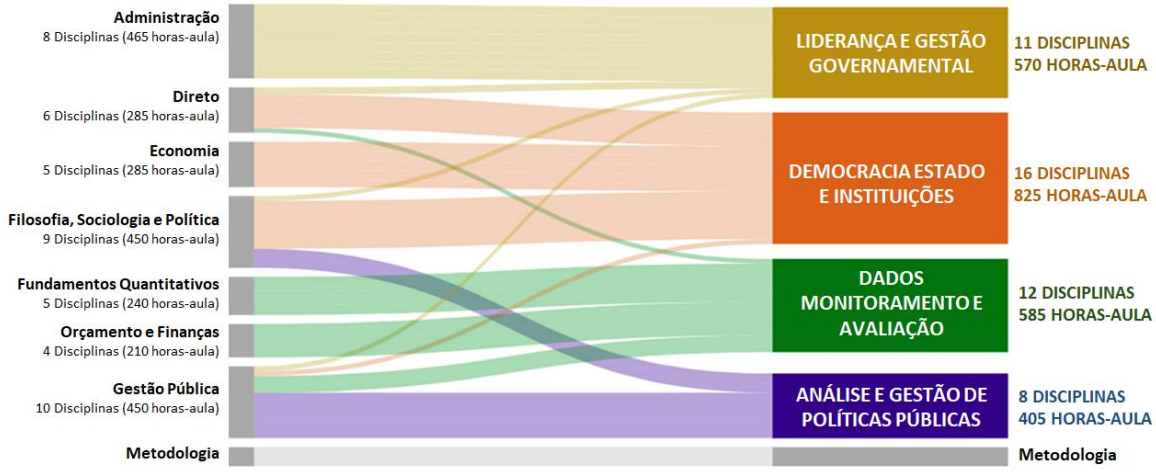
Do ponto de vista da organização do curso, destaca-se a permanência das principais áreas disciplinares, com pequena realocação de cadeiras. Um exemplo é a classificação do controle na administração pública como disciplina pertencente à área do direito, em linha com a tendência dos órgãos especializados de operação sob o prisma normativo. Sem embargo, de modo a reforçar um movimento de interdisciplinaridade, e visando alcançar futuramente o amálgama transdisciplinar preconizado pelas DCN, a EG-FJP instituiu quatro trilhas de aprendizagem, a saber: (i) Democracia, estado e instituições; (ii) Liderança (transformadora) e gestão governamental; (iii) Dados, monitoramento e avaliação; e (iv) Análise e gestão de políticas públicas. Segundo o projeto pedagógico em vigência a partir de 2021:

> "A noção de trilhas de aprendizagem origina-se da área de gestão de competências, comumente definidas como estratégias de desenvolvimento de competências que consideram a um só tempo os objetivos de uma determinada organização e as aspirações dos sujeitos que buscam desenvolvimento e aprendizado. As trilhas de aprendizagem do Csap, portanto, sinalizam caminhos formativos flexíveis – parte

> obrigatórios, parte definidos por meio da escolha do estudante – com o intuito de melhor orientar o aluno enquanto protagonista de sua aprendizagem. As trilhas foram definidas considerando os objetivos do Csap, as áreas temáticas que organizam as disciplinas do Curso e os principais subcampos de conhecimento do Campo de Públicas." (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020, pp. 20-1)

A figura 1 apresenta o potencial interdisciplinar representado pelas trilhas. Note-se que as trilhas guardam certa coerência com a divisão disciplinar, mas possuem o condão de reagrupar essas áreas em prol de subcampos diretamente relacionados com os objetivos gerais da administração pública.

Figura 1 - Organização disciplinar vis-à-vis organização por trilhas de aprendizagem no projeto pedagógico do Csap (2021)



Fonte: Elaboração própria.

Importante mencionar ainda o aprofundamento da ênfase em competências iniciada na reforma anterior. Três foram as principais ações tomadas neste sentido. Primeiramente, a matriz de competências do curso foi redefinida e sintetizada em cinco competências chave: leitura da realidade; inovação crítica; *ethos* público; solução de problemas; e liderança. Em linha com as competências e habilidades preconizadas pelas DCN, a síntese aposta na incorporação das dimensões nos planos de ensino de cada disciplina, estreitando a conexão entre teoria e prática. A figura 2 apresenta as principais competências que compõem a matriz do Csap.

Figura 2 - Matriz de competências do Csap (2021)

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020

Em segundo lugar, as disciplinas de projeto aplicado receberam nova ementa, alterando o foco inicial de aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula para uma perspectiva de reflexão na ação (COELHO; LEMOS, 2020). Dessa forma, a nova ementa preconizou o "processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas (...) em chave transversal" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020, p. 74). As três disciplinas de projeto aplicado também receberam focos distintos, de acordo com sua localização na grade curricular, sendo eles: a observação e o relato participante; as metodologias ágeis de inovação e a experiência do usuário; e a proposta de soluções de políticas públicas orientadas por problemas, nos PA I, II e III, respectivamente.

Finalmente, as atividades complementares receberam um novo enfoque prático, em complementação às experiências de imersão (SILVEIRA *et al.*, 2017), sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2019), acadêmicas e profissionais que compõem o portfólio da extensão e pesquisa. Tal enfoque consubstanciou-se na previsão de oferta anual de oficinas de formação complementar, de formato rápido (10 horas/aula), com o objetivo de promover o aprofundamento em instrumentos, competências e metodologias relevantes à Administração Pública e sua prática no dia a dia. Como metodologia predominante, as oficinas empregam exercícios práticos e métodos de simulação de situações concretas, na busca por aproximação entre teoria e prática e vivência da complexidade

e seus desafios, tais como eles ocorrem e demandam a mobilização de capacidades individuais e institucionais.

Outra novidade foi a oferta das oficinas de forma conjunta com a Gerência de Capacitação e Treinamento, o que permitiu a destinação de parte das vagas para gestores públicos e para alunos de outros cursos, com ênfase nos demais bacharelados do campo de públicas. Para viabilizar este último ponto, foi estabelecida uma parceria com a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), por meio da qual foram oferecidas 10 bolsas integrais para estudantes de graduação[7]. A tabela abaixo sintetiza as oficinas oferecidas no 1º semestre de 2021 e suas respectivas composições de públicos participantes.

Tabela 1 - Oficinas de Formação Complementar 2021/1

Oficina	**Trilha de Aprendizado**	**Docente**	**Estudantes do Csap**	**Estudantes do Campo de Públicas**	**Público em Geral**	**Total**
Captação de Recursos Externos para a Administração Pública	Estado Democracia e Instituições	Thiago Ferreira Almeida	14	7	12	33
O Futuro do Governo: Princípios, ferramentas, habilidades e casos	Competências	Silverio Zebral Filho	11	5	9	25
Comunicação Pública e Relacionamento Online e Offline com os Públicos	Liderança e Gestão Governamental	Leandro Peters Heringer	10	2	7	19
Introdução à Programação em R para Gestores Públicos	Dados, Monitoramento e Avaliação	Thiago Zordan Malaguth e Luísa Souza Costa	19	9	7	35
Políticas Públicas e Povos Indígenas	Estado Democracia e Instituições	Roberto Romero Ribeiro Júnior e Júnia Torres	11	2	2	15
Total			65	25	37	127

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema Acadêmico da FJP.

Um último ponto que deve ser considerado no processo de reforma de 2020 é a atualização da grade curricular pela incorporação de quatro novas disciplinas. No âmbito da área de administração e pertencente à trilha de liderança (transformadora) e gestão governamental foi criada a disciplina de liderança no setor público, em linha com o desenvolvimento de

[7] Gratuitas para os estudantes do Csap, as oficinas de formação complementar possuem uma pequena taxa de matrícula de R$ 210,99 para gestores públicos e R$ 105,45 para estudantes.

conhecimentos e competências de "compreensão da dinâmica institucional; tomada de decisão; engajamento de equipe; comunicação; inovação; gestão da mudança; [e] resiliência" (MINAS GERAIS, 2020, p. 56). Na mesma trilha, porém na área de Direito, foi criada a disciplina de novas formas de prestação de serviços públicos, que traz um olhar prático sobre a implementação dos recentes marcos legais de atuação estatal, como as Parcerias Público Privadas (PPP) e o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Na trilha de análise e gestão de políticas públicas foi criada a disciplina de Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil, pertencente à área de filosofia, sociologia e ciência política. A disciplina busca analisar algumas soluções de políticas públicas em face do problema social da desigualdade. Finalmente, no âmbito da área de fundamentos quantitativos e da trilha de dados, monitoramento e avaliação, a disciplina de introdução à ciência de dados atualiza a abordagem instrumental anterior da disciplina de informática, em prol de uma perspectiva dos fundamentos científicos do tratamento de dados e informações nas organizações públicas, bem como introduz a programação como ferramenta fundamental para esta atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou o processo e os resultados da reforma do projeto pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública, realizada pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho no ano de 2020, à luz da gênese e trajetórias de reformas anteriores. A descrição considerou ainda as tradições de ensino e administração pública no Brasil, assim como os principais desígnios instituídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os bacharelados de Administração Pública e os desafios deles decorrentes, visando contribuir para a documentação da institucionalização do Campo de Públicas, bem como para o desenvolvimento de questões analíticas para futuras investigações sobre o ensino de Públicas no Brasil.

Como principais resultados da pesquisa, foram encontradas evidências de que o processo de reforma curricular de 2020 pautou-se pelo aprofundamento da busca por uma configuração curricular baseada na superação da dicotomia entre teoria e prática. Tal busca reflete, por exemplo, a institucionalização da matriz de competências, a revisão das disciplinas de projeto aplicado e a previsão da realização de oficinas como atividades complementares. Na prática, estas iniciativas representam a tentativa de conexão entre o saber, o saber-fazer e o saber-agir/ser tecnopolíticos, próprios da administração pública.

No âmbito da promoção da interdisciplinaridade, destaca-se a criação das trilhas de aprendizagem, que apresentam o potencial de promoção de um diálogo transdisciplinar na formação dos alunos. A nosso ver, estas iniciativas ocorrem de forma agregativa à matriz já existente, sem perda de relevância ou qualidade dos conhecimentos disciplinares que sustentam

a formação crítica-reflexiva do curso, tais como direito, ciências sociais, economia e administração, nem tampouco do saber-instrumental necessário ao exercício da gestão pública.

Resta, finalmente, tecer breves comentários a respeito dos principais desafios elencados por Coelho e colegas (2020) para aplicação efetiva das DCN nos bacharelados do campo de públicas. De maneira geral, pode-se dizer que o projeto pedagógico analisado responde em parte os três itens priorizados pelos autores. Em primeiro lugar, como relatam Oliveira e Rodrigues (2019), a adaptação da matriz curricular do Csap às DCN iniciou-se já em 2012. Neste sentido, a reforma realizada em 2020 pautou-se no estreitamento desta aderência. Em seguida, o incremento de uma atuação sistêmica e interdisciplinar pode ser observada na aposta das trilhas de aprendizagem, na abrangência e qualidade das ações de extensão (NOGUEIRA *et al.*, 2017), na formatação prática e transdisciplinar das disciplinas de projeto aplicado, no cumprimento de 500 horas de estágio curricular obrigatório em programas e projetos priorizados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e na conexão com gestores e outros estudantes do campo, em uma abordagem prática, impulsionada pelas oficinas de formação complementar. Finalmente, no que diz respeito ao aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente, destaca-se a criação de novas disciplinas, bem como o já mencionado fortalecimento do enfoque baseado em competências.

Do ponto de vista de um projeto pedagógico, no entanto, tais respostas e avanços só podem ser parciais. Isso significa que, uma vez articulado o plano, os principais desafios são agora os de implementação. Nesse âmbito, considerando a trajetória de constituição do ensino em administração pública no país, antecipam-se dificuldades significativas no rompimento de uma organização curricular fragmentada, dependente das vinculações disciplinares, sobretudo nas ciências sociais, jurídicas e da administração. Outrossim, a aplicação - e potencialmente o desenvolvimento - de práticas pedagógicas capazes de promover efetivamente a integração entre teoria e prática parece exigir ainda considerável investimento em pesquisa e formação de docentes, contrastando com o declínio histórico de recursos públicos destinados à área de Ciência & Tecnologia. Finalmente, é preciso considerar que o ensino da administração pública no Brasil dialogou fortemente com a concepção vigente do estado, que hoje enfrenta severa crise: incapaz de erguer-se frente às próprias armadilhas de capacidade e sob forte ataque de forças políticas que guardam pouco compromisso e acumulam escassa reflexão sobre as vias democráticas de superação dos complexos agravos da nação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M.A. Relatório técnico. Projeto Percursos: Trajetórias Profissionais de Egressos do CSAP/EG/FJP. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019.

ANASTASIA, A. A. J./NR-PNC, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2318/1/Antonio%20Anastasia-Hist%c3%b3ria%20tem%c3%a1tica-2014.pdf.

ARAÚJO, A. L. G.; BONFIM, L. P.; LEITE, M. R. S. D. T.; NASCIMENTO, M. L.; PFEFFER, R. S. Paulo Neves de Carvalho e o Dasp. In: **II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, Brasília: v. 2., pp. 1421-1436, 2018.

COELHO, F. S. **História do Ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas**. 1. ed. Brasília: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, 2019.

COELHO, F. S.; ALMEIDA, L. S. B.; MIDLEJ, S.; SCHOMMER, P. C.; TEIREIRA, M. A. C. The -public field- after the establishment of the national curriculum guidelines for the undergraduate teaching in public administration: trajectory and current challenges (2015-2020). **Administração: ensino e pesquisa (RAEP)**, v. 21, p. 488-529, 2020.

COELHO, F.S.; LEMOS, M. Escolas de Governo: conceitos, panorama no Brasil e uma agenda para o nível local. In: COELHO, F. S.; BRASILIENSE CARNEIRO, J. M.; BRITO, E. S.; CHEIB, A. S. (Orgs.). **Escolas de Governo: formação e capacitação de agentes públicos**. 1. ed. São Paulo: Oficina Municipal e Fundação Konrad Adenauer, 2020.

COSTA, F. L.; COELHO, F. S.; DIAS, T. F. Apresentação: Três Décadas de Enap e de Escolas de Governo. **Revista do Serviço Público**, v. 70, p. 6-14, 2019.

FARAH, M. F. S. A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. In: MARQUES, E; FARIA, C. A. P. (Eds.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

FISCHER. T. **O ensino de Administração Pública no Brasil: os ideais de desenvolvimento e as dimensões de racionalidade (1948-1984)**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da 10ª Reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE da EG/FJP** Belo Horizonte, 22 de outubro de 1998.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Curso Superior de Administração - Habilitação em Administração Pública: Proposta de Ajustes Curriculares**. Belo Horizonte, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Projeto pedagógico 2019: Curso de Administração Pública.** Belo Horizonte, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Projeto pedagógico 2021: Curso de Graduação em Administração Pública.** Belo Horizonte, 2020.

GOMES, S.; ALMEIDA, L. S.; LUCIO, M. L. A new agenda for teaching public administration and public policy in Brazil: Institutional opportunities and educational reasons. **Teaching Public Administration**, 34(2), 159–177, 2019.

KEINERT, T. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, mai./jun. 1994.

MENDES, V. P./NR-PNC, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2324/1/Hist%c3%b3ria%20tem%c3%a1tica-Vicente%20de%20Paula%20Mendes-2014.pdf.

NOGUEIRA, M. J.; OLIVEIRA, B. C.; SOUZA, R. E. S.; RODRIGUES, M. I. A. As ações de Extensão Universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e desafios. **Revista da Extensão**. Nº 15, 2017.

OLIVEIRA, B. C.; MACHADO, C.; GABARRA, C.; SILVA, M. A. F.; SILVEIRA, M. C. Projetos de Extensão na Administração Pública: aprendizados e competências em potencial. In: **III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, Natal, pp. 55-69, 2019.

PIRES, M. C. S./NR-PNC, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2362/1/Entrevista%20Profa.%20Maria%20Coeli%20Sim%c3%b5es%20Pires_Final%2013.06.17.pdf

PIRES, V.; MIDLEJ, S. A. M.; FONSECA, S. A; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública E Gestão Social**, 6(3), 110-126, 2014.

RODRIGUES, M. I. A.; OLIVEIRA, K. P. O curso de Administração Pública e a Carreira de EPPGG. In: AMORIM, M.A.; RODRIGUES, M. I. A.; SOUZA, L. G. (Org.). **Histórias de Gestores Governamentais: formação e experiência profissional de egressos do Curso de Administração Pública (Csap) da Fundação João Pinheiro (FJP)**. 1. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2019.

SILVEIRA, M. C.; OLIVEIRA, B. C.; SARAIVA, A. L.; SOUZA, R. E. S. Imersão Municipal como uma Atividade na Formação de Gestores Públicos: a experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. In: **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, Brasília: v. 2. n. 2, pp. 2-27, 2017.